

DOSSIÊ

A USINA ESTER E A GRILAGEM DE TERRAS NA REGIÃO DE AMERICANA- SP

Este dossiê tem como objetivo apresentar à sociedade um histórico devidamente apoiado em uma série de documentos, certidões e mapas em anexo sobre a grilagem de terras públicas na região de Americana-SP. Desde 2004, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) denuncia a utilização ilegal de terras públicas pela Usina Ester para a monocultura da cana-de-açúcar. Atualmente este conflito entre as famílias de trabalhadores e trabalhadores que lutam pela Reforma Agrária e a Usina tem se acirrado. Consideramos assim fundamental demonstrar que existe uma quantidade razoável de terras devolutas na região que são utilizadas pela Usina que apresenta uma documentação inválida. A necessidade das famílias e a existências de terras públicas federais, estaduais e municipais utilizadas irregularmente há anos pela Usina, como comprovaremos ao longo deste dossiê, justificam a atuação do MST no sentido de pressionar o poder público para que se realize a Reforma Agrária na região de Americana-SP.

DADOS DA GRILAGEM DE TERRAS

TERRAS PÚBLICAS, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Sobre a situação da grilagem de terras no Brasil e na região de Americana nos baseamos nos dados levantados pelo Professor Ariovaldo Umbelino (USP) que é estudioso da questão agrária há mais de trinta anos, integrante de ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e que participou na elaboração do 2º PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) no primeiro mandato do Governo Lula. (Ver anexos I e II). Segundo Umbelino **cerca de 58% das terras do Brasil, um total de 498.901.265 hectares, são devolutas**, ou seja, públicas. No caso de São Paulo são 5.237.344 hectares (21% da área total) de terras públicas. E no município de Americana são 10.928 hectares, o que representa 82% da área total do município.

Estes dados foram apresentados por Umbelino em Brasília em 16 de junho de 2010 a Comissão de Defesa dos Direitos Sociais. Na mesma ocasião, Ariovaldo fez uma estimativa baseando-se em dados do último Censo Agropecuário de 2006 para avaliar o reflexo de uma reforma agrária ampla e massiva no Brasil e chegou a seguinte conclusão: existem 46.911 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares que ocupam uma área total de 146.553.218 hectares, isto é, mais de 146 milhões de hectares. Assim, teríamos uma média de 3.125 hectares por propriedade. Se esta terra, que está nas mãos de apenas 47 mil grandes proprietários, fosse distribuída em lotes com tamanho médio de 50 hectares por família **seriam criados 2 milhões e 920 mil novos estabelecimentos agrícolas**. Contando que a agricultura camponesa ocupa 15 pessoas a cada 100 hectares, esta reforma agrária **criaria trabalho para 21 milhões de pessoas**, ao contrário de 2 milhões e 400 mil criados hoje através do agronegócio. Contando que na agricultura camponesa, cada hectare gera uma renda média anual de R\$ 677,00, **a renda gerada nas áreas distribuídas chegaria a mais de R\$ 99 bilhões por ano** e não só os R\$ 53 bilhões gerados hoje.

No caso de Americana, se fossem distribuídos os 10.928 hectares de terras públicas poderiam ser assentadas em lotes de 10 hectares (10 vezes o tamanho dos lotes do Assentamento Milton Santos) um total de 1.092 famílias. A renda gerada seria de R\$ 739.856,00 que seriam destinados ao município.

A Usina Ester planta cana em cerca de 17.000 hectares de terras que se encontram na divisa dos municípios de Americana, Cosmópolis e Paulínia. A Usina Gera apenas 1470 empregos e produz álcool para ser utilizado na indústria de cosméticos (Boticário e Natura), na indústria de produtos de limpeza e açúcar cristal para exportação. A família Nogueira, que também é acionista da Parmalat e da EPTV, sequer reside no município de Cosmópolis, onde fica a sede da empresa e, portanto, toda a arrecadação de tributos. As 72 famílias assentadas no Assentamento Milton Santos, em Americana, entregam cerca de 10 toneladas de alimentos por semana para entidades assistenciais da região pelo projeto doação simultânea e para alimentação escolar de Cosmópolis e Nova Odessa, ou seja, são cerca de 400 toneladas de alimentos por ano.

ÁREAS UTILIZADAS PELA USINA ESTER

A Usina Ester tem a propriedade de cerca de 16.000 hectares que utiliza exclusivamente para o plantio de cana-de-açúcar. Contudo, em declaração ao INCRA afirma ocupar mais 1000 hectares dos quais não possui documentação. Veja quadro abaixo produzido a partir de análises fundiárias do professor Ariovaldo Umbelino. As propriedades em destaque não estariam devidamente documentadas e somadas representam uma área de 743 hectares:

COSMÓPOLIS					
SITIO ALEGRE	129	MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	129	129	USINA ACUCAREIRA ESTER SA
SITIO COQUEIROS	46	MÉDIA PROPRIEDADE***	46	46	USINA ACUCAREIRA ESTER SA
FAZENDA DO FUNIL REMANESCENTE	369	GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	369	369	USINA ACUCAREIRA ESTER SA
SITIO TRES IRMAOS	79	MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	14	64	USINA ACUCAREIRA ESTER SA
SITIO SAO LUIZ	120	MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	120	120	USINA ACUCAREIRA ESTER SA
USINA ESTER	169	NÃO CLASSIFICADA ART. 7º LEI 8629/93	169	0	USINA ACUCAREIRA ESTER SA
FAZENDA DO FUNIL GLEBA C	7464	GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	7468	0	USINA ACUCAREIRA ESTER SA
FAZENDA DO FUNIL - GLEBA C	7468	GRANDE PROPRIEDADE***	7468	0	USINA ACUCAREIRA ESTER SA
FAZENDA DO FUNIL-GLEBA A	4	MINIFUNDIO	5	0	USINA ACUCAREIRA ESTER SA
FAZENDA DO FUNIL -GLEBA B	2	MINIFUNDIO	2	0	USINA ACUCAREIRA ESTER SA

Fonte: INCRA

Além disto, a Usina vem ocupando áreas que foram desapropriadas pelo decreto 77.666 de 24 de maio de 1976 e Requerimento 1229/2009 (ANEXOS III e IV). Essas áreas públicas devolutas são agora reivindicadas pelos trabalhadores e trabalhadoras do MST para a Reforma Agrária. O Decreto n. 77.666/76 do Governo Militar confiscou os imóveis da Fabrica de Tecidos Carioba/ SA. São eles:

- 1- Sítio Boa Vista - 72 ha regularizados - pertence ao INSS - 1o. Cartório de Registro de Imóveis de Americana - Transcrição no. 15.748 - livro 3L - fls. 140. (Certidão - ANEXO V)
- 2- Saltinho - 125ha - pertence à Fazenda Pública do Estado de São Paulo - Transcrição no. 17.565 - livro 3N - fls. 43. (Certidão - ANEXO V)

3- Arrançamento do Zezé - 29ha - Fazenda Nacional (aparece no mapa como Leoncio Ferraz) - Transcrição no. 19.938 - livro 3P - fls. 77.(Certidão - ANEXO V)

4- Sítio Jacutinga - 36ha - Prefeitura Municipal de Americana - Transcrição no. 15.749 - livro 3L - fls. 171. (Certidão - ANEXO V)

VER ÁREAS NOS MAPAS (ANEXO VI) – Às áreas públicas estão indicadas pelos círculos brancos.

Tanto as áreas que não tem documentação adequada quanto as áreas públicas ilegalmente utilizadas pela Usina deveriam ser destinadas à Reforma Agrária. No dia 06 de agosto de 2011 cerca de 700 famílias do MST ocuparam uma área remanescente do Sítio Boa Vista.

O Sítio Boa Vista é uma área pública que foi desapropriada em 1976 e passou da propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba para o Governo Federal, mais especificamente ao INSS. Essa área teria sido supostamente destinada à Reforma Agrária pelo INCRA e se tornado o Assentamento Milton Santos. Contudo, segundo análises do professor Arioaldo Umbelino, que produziu o mapa atualizado da área, após um estudo de campo e medição técnica, o Sítio Boa Vista não teria apenas 72 hectares, e sim uma área de mais de 300 hectares e apenas parte dela teria se tornado o assentamento. Assim, segundo informações obtidas junto a moradores antigos e a certidão do Imóvel "Jacutinga" a área ocupada pelo MST em 2009 e em 2010, não faz parte da Fazenda Jacutinga (Certidão em anexo) que termina na estrada velha de Limeira e que era utilizada pela Fábrica de tecidos Carioba, e sim uma área remanescente do Sítio Boa Vista. Mesmo imóvel que está sendo atualmente ocupado pelas famílias.

Esta incompatibilidade entre os dados oficiais e a situação de fato da área é decorrente de um procedimento muito utilizado pelos grileiros de terras, neste caso a própria fábrica de tecidos Carioba. Os proprietários da Fábrica, João Kfoury e Nicolau João Abdala, possuíam um título de propriedade que indicava o total de 72 hectares, contudo ocupavam uma área quase cinco vezes maior. Isso pode ser facilmente identificado a partir da medição das áreas limítrofes do Sítio Boa Vista e a análise dos limites entre os imóveis que circundam a área em questão.

Devido aos inúmeros mal entendidos e informações divergentes em relação à área muitos são os conflitos entre os trabalhadores sem terra e a Usina Ester. Por isso, é necessário e urgente um processo de regularização fundiária na região que investigue estes fatos. A importância de uma investigação da situação das áreas já foi aferida pelo Ouvidor Agrário Nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo Desembargador Gercino José da Silva Filho. Em ofício nº1503 (ANEXO VI) o ouvidor solicitou que a reintegração de posse já emitida pelo Juiz Marcelo da Cunha Bergo da 2ª Vara Cível de Americana fosse adiada até que o INCRA fizesse uma análise e se posicionasse em relação à situação da área ocupada pelas famílias. Contudo, o juiz ignorou esse ofício e manteve a ordem de reintegração. As famílias foram retiradas da área do dia 30 de agosto de 2011 com uma ação aterrorizante da polícia militar. A polícia militar barrou as estradas impedindo até mesmo a entrada dos advogados das famílias. Além disso, soltaram rojões durante toda a noite, impedindo que as famílias dormissem. As famílias saíram do local pacificamente antes da ação da polícia logo ao amanhecer. Essas famílias não têm para onde ir, portanto ficaram alojadas em uma área de recuo no Assentamento e no dia 10 de setembro de 2011 ocuparam novamente o Sítio Boa Vista exigindo que seja reconhecido como área pública que pertence ao INSS e que, portanto, não pode estar sob posse da Usina Ester.

Durante todo o período da ocupação recebemos o apoio da comunidade local, organizações políticas, parlamentares e intelectuais que reconhecem a necessidade da regularização fundiária e destinação das áreas públicas para o assentamento das famílias acampadas. Em anexo há um

“Manifesto em defesa da Reforma Agrária” assinado por intelectuais, personalidades políticas e parlamentares. (ANEXO VII)

O Ministério Público Estadual manifestou-se contrário à reintegração de posse da área, declarando o promotor público Ivan Carneiro Castanheiro (ANEXO IX), a necessidade emergencial de averiguação da condição das terras em conflito, questionando a “dominialidade e produtividade”, diante do duvidoso Aditamento de Arrendamento apresentado pela Usina Ester (ANEXO X), em contraposição com aos decretos e certidões dispostas no processo.

Temendo novo despejo as famílias decidiram se alojar ao largo da Rodovia Ivo Macris. Infelizmente, ignorando as solicitações das autoridades que afirmaram a necessidade de se investigar com profundidade a situação fundiária da região antes de desalojar as famílias sem-terra, as famílias foram novamente despejadas e impedidas de recolher os seus pertences no dia 04 de outubro de 2011.

O ouvidor do INCRA Gercino José da Silva Filho, recentemente, enviou ofícios solicitando à Polícia e Prefeitura de Americana abertura de inquérito para apurar os abusos policiais ocorridos durante o primeiro despejo. (ANEXO XI) Aguarda-se esclarecimentos das autoridades responsáveis pelo caso.

Para que esse processo de investigação das áreas da região seja transparente é fundamental que a equipe seja composta pelo Prof. Ariovaldo, por um representante da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), uma comissão de parlamentares que defendem a Reforma Agrária, além do INCRA, ITESP e o Patrimônio da União. Parabenizamos a audiência pública para discutir a situação do pós-represa, mas acreditamos ser necessária uma audiência pública específica para a discussão das terras públicas griladas, em que esta questão possa ser amplamente debatida com a sociedade e que sejam indicados caminhos para realizar o estudo das terras devolutas da região.

ANEXOS

ANEXO I – Questão Agrária e Direito à Terra – Ariovaldo Umbelino

ANEXO II – Censo Agropecuário de 2006

ANEXO III – Decreto de Desapropriação 77.666/76

ANEXO IV - Requerimentos e Ofício requisitados pelo Vereador Marco Antonio Alves Jorge – Kim de Americana

ANEXO V – Certidões do “Sítio Boa Vista”, “Arrançamento do Zezé”, “Fazenda Jacutinga”.

ANEXO VI – Mapas da região – Professor Ariovaldo Umbelino

ANEXO VII - Ofício nº1503 emitido pelo Ouvidor Agrário do INCRA

ANEXO VIII - Manifesto de Apoio

ANEXO IX – Processo do Ministério Público

ANEXO X – Aditamento de Arrendamento

ANEXO X - Ofícios do ouvidor agrário para apuração de abuso policial

VÍDEOS E FOTOS - ABAIXO

Vídeos sobre as famílias acampadas:

DEDO DE PROSA I - <http://www.youtube.com/watch?v=cGMTOWIQmQ8>

DEDO DE PROSA II - <http://www.youtube.com/watch?v=EWna2WVEEzM>

DEDO DE PROSA III - <http://www.youtube.com/watch?v=R XKQJMK7GD8>

Reportagem da Record sobre o conflito a reintegração de posse realizada em 30 de agosto de 2011:
<http://www.tvb.com.br/balancogeral/videos-exibe.asp?v=16116>

FOTOS

Ocupação realizada em 06-08-2011



FOTO: Cristina Beskow





FOTOS: João Zinclar



Foto: Fernandão

Desocupação Realizada em 30-08-2011





FOTOS: João Zinclar



